

2. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Maria do Céu Patrão Neves

Desde há quase quarenta anos após o surgimento da palavra “bioética” (Potter, 1971) e de cerca de trinta do início da sua estruturação e constituição como um novo domínio de reflexão e da prática (Beauchamp & Childress, 1979), que a bioética se tem desenvolvido de forma “avassaladora” – na expressão de Luís Archer.

Tenho frequentemente sistematizado a acelerada evolução da bioética (acompanhando sobretudo a sua teorização) em quatro momentos distintos (Patrão Neves & Osswald, 2007). Um primeiro, nos finais da década de 70 e início da de 80, que designo por de “aventura” na descoberta de um novo domínio da pensatividade, marcado pelo surgimento dos primeiros esforços de teorização da bioética, na sua indissociável relação com a prática, e na exigência de eficácia comum a todas as éticas aplicadas. Um segundo, ao longo da década de 80, que designo por de “entusiasmo” perante as conquistas alcançadas, e de prossecução do caminho iniciado. É neste período que se multiplicam os modelos teórico-práticos da bioética num esforço empenhado por responder eficaz e coerentemente a toda a diversidade de situações que exigem intervenção ética urgente. Segue-se um terceiro momento de “maturação” do percurso realizado e de crítica pelas suas insuficiências e equívocos. É sobretudo ao longo da década de 90 que, graças à sólida constituição de um amplo corpo de académicos e de uma vasta bibliografia, se desenvolve uma capacidade crítica perspicaz que, apontando fragilidades, contribui para a superação das mesmas e que, estendendo-se a diferentes partes do mundo, vai apontando novas vias de desenvolvimento. O quarto e presente momento é de convergência de perspectivas sobre o que se destaca como prioritário e de construção de consensos sobre as questões essenciais.

É nesta última fase que se inscrevem os vários documentos ético-jurídicos sobre questões bioéticas que começaram a ser elaborados por diferentes organismos internacionais a partir do fim da década de 90. Refiro-me às duas primeiras Declarações da UNESCO neste âmbito (sobre o “genoma humano e os direitos do homem”, em 1997; e sobre os “dados genéticos humanos”, em 2003), à Convenção dos Direitos Humanos e a Biomedicina (1997), do Conselho da Europa, e também à Declaração Universal sobre Bioética e

Direitos Humanos (2005), da UNESCO, a que este texto se dedica. Esta foi certamente a mais ambiciosa se considerarmos o estatuto de Convenção que projectou obter, a par da amplitude temática que visava e do largo consenso a que aspirava.

O processo, porém, não foi fácil e apenas a forte determinação da UNESCO neste projecto permitiu a sua concretização, tal como procurarei evidenciar referindo-me ao “antes”, ao “durante” e ao “depois” da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos.

1. O “ANTES”: A GÉNESE DA DECLARAÇÃO E O ACOLHIMENTO CRÍTICO EUROPEU

O processo que antecedeu a elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos pode ser dividido em dois momentos distintos: um primeiro, de 2001 a 2003, que descreveria como o germinar da ideia e que decorre até à aprovação desta; e um segundo, de 2003 a 2005, que corresponde já ao processo de elaboração da Declaração anterior à sua discussão, revisão e aprovação finais pelos peritos governamentais.

A ideia de elaboração da futura Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos surgiu em 2001 na 31ª Conferência Geral da UNESCO que, através da sua Resolução 31 C/22, intitulada “Programa de bioética: prioridades e perspectivas”, convidou o seu Secretário-Geral a apresentar, na conferência seguinte, na 32ª sessão agendada para 2003, “os estudos técnicos e jurídicos realizados relativos à possibilidade de elaborar normas universais sobre a bioética”.

A partir de então sucedeu-se uma pluralidade de iniciativas conducentes à tomada de decisão efectiva de elaboração do que então era designado por “normas universais em bioética”, o que ficou a cargo do Comité Internacional de Bioética/CIB, que se pronunciou favoravelmente em relação a este projecto a 13 de Junho de 2003.

Desta forma, em dois anos – de 2001 a 2003 –, num período de tempo que pode ser considerado escasso na escala internacional e, neste caso, mesmo mundial, a ideia de elaboração de “normas universais” em bioética foi formulada como hipótese e estabelecida como projecto. Tal justificou-se certamente pelo reconhecimento da muito rápida e ampla expansão da bioética e das suas muito diversas e significativas repercussões em importantes domínios (investigação científica, cuidados de saúde, economia e sociedade,

política), bem como da consciência da proliferação de uma pluralidade de perspectivas e de actuações sobre uma mesma matéria o que, além de desacreditar o trabalho teórico-prático realizado sectariamente (por instituições e/ou países), trazia prejuízos relevantes no plano individual, social e também internacional (contribuindo para agravar a desigualdade entre pessoas, grupos e países, e pressionando no sentido de uma complexidade crescente das questões de justiça).

O primeiro passo para a elaboração da Declaração foi também dado a 13 de Junho de 2003. Com efeito, quando o CIB se pronunciou favoravelmente quanto à exequibilidade de uma Declaração relativa a normas universais em bioética, apresentou igualmente uma “lista de temas” destinados a “ilustrar a natureza e extensão dos problemas encontrados e apoiar a investigação num terreno de entendimento que forneça o ponto de partida de uma harmonização de posições divergentes em matéria de bioética”. Designou-os, então, por “domínios susceptíveis de serem abordados por um instrumento universal” e apresentou-os como sendo:

- Cuidados de saúde;
- Reprodução humana e o princípio da vida;
- Melhoramento genético, terapia genética e modificação genética;
- Fim de vida;
- Transplantação de órgãos e tecidos humanos;
- Os dados genéticos humanos e os outros dados pessoais relativos aos cuidados de saúde;
- Investigações relativas aos sujeitos humanos;
- Direito de propriedade intelectual;
- Utilização de células estaminais embrionárias para a investigação terapêutica;
- Genética do comportamento;
- Organismos geneticamente modificados.

Seguiu-se um amplo processo de consulta pública dirigido aos Estados Membros da UNESCO, Membros Associados e Missões de observadores permanentes, iniciado em Janeiro de 2004, enquanto o CIB começava a redigir um primeiro esboço da então “Para uma Declaração relativa a normas universais em matéria de bioética”, apresentado em Junho de 2004. Rapidamente se seguem mais quatro versões de trabalho da Declaração, sendo a quinta e última de Janeiro de 2005.

A análise comparativa dos cinco textos provisórios permite-nos identificar dois aspectos francamente relevantes para a compreensão do que a Declaração significa hoje para a bioética e o desempenho que pode ter.

Um primeiro reporta-se ao objectivo constante, desde 2003 (ou mesmo 2001), e confirmado na versão de 2005, de elaboração de um texto de máxima amplitude, bastante compreensivo, que englobasse todos os domínios abrangidos pela bioética e não negligenciando domínios específicos extra humanos: quer o fizesse num esforço por contemplar exaustivamente todos os temas e problemas bioéticos contemporâneos, como se verificou desde a afirmação da exequibilidade da Declaração até à sua segunda redacção (numa extensa enunciação de temas a abordar, seguindo o modelo da Convenção dos Direitos Humanos e a Biomedicina); quer procurasse abranger todos esses temas passados, presentes e futuros através da enunciação de princípios suficientemente numerosos, amplos, e fundamentais que se aplicassem a todos os domínios, dificilmente abarcados se especificamente considerados (solução final da Declaração).

Um segundo aspecto, relacionado com o anterior mas de sentido contrário porque caducou, é o da primitiva adopção de um modelo próximo do da Convenção dos Direitos Humanos e a Biomedicina, dada a intencionalidade originária de produzir um documento juridicamente vinculativo, e a sua posterior evolução para um modelo mais próximo do das Declarações anteriores da UNESCO, único que poderia reunir consenso, numa estruturação não temática mas principalista. Paralelamente, regista-se também o progressivo afastamento do ideal de criação de “normas universais” em bioética, inicialmente fixado no título do documento em elaboração, para a adopção dos direitos humanos como padrão de actuação moral, à semelhança, aliás, dos anteriores documentos ético-jurídicos no âmbito da bioética.

Importa ainda acrescentar que a generalidade dos países europeus e mesmo o designado mundo ocidental se opôs a este projecto na sua fase inicial, entre 2001 e 2003. Posteriormente, entre 2003 e 2005, adoptou uma atitude cooperante mas céptica, expressa tanto ao nível de representantes seus envolvidos no processo, como ao nível de instituições nacionais e internacionais através da resposta às consultas que iam sendo formuladas. A apreciação deste projecto como inútil, porém, manteve-se, considerando-se que no mundo ocidental, em que a bioética surgiu e primeira e mais intensamente se desenvolveu, as normativas cobrindo os mais proeminentes domínios técnico-científicos de incidência da bioética estavam já formuladas,

algumas mesmo com um estatuto jurídico que uma Declaração não confere. Neste contexto, a Declaração não era perspectivada como podendo trazer nada de novo, mas antes como criando ambiguidade ou mesmo confusão em relação ao já estabelecido.

2. O “DURANTE”: AS REUNIÕES INTERGOVERNAMENTAIS DE PERITOS E O DESEMPENHO DE PORTUGAL

Uma vez terminado o trabalho do CIB com a apresentação da quinta versão da Declaração, a 28 de Janeiro de 2005, e no cumprimento do calendário previamente estabelecido, seguiu-se a “primeira sessão da reunião intergovernamental de peritos destinada a finalizar um projecto de declaração relativa às normas universais em matéria de bioética”, que decorreu entre 4 e 6 de Abril, e depois uma segunda sessão, que decorreu de 20 a 24 de Junho, e que terminou com a finalização efectiva da revisão do texto da Declaração posteriormente aprovado na Conferência Geral que decorreu em Outubro de 2005.

A primeira reunião de três dias não conseguiu ultrapassar o debate sobre os dois primeiros artigos da versão de trabalho da Declaração relativos à definição de “bioética”. Em confronto estavam duas visões distintas, espaço-temporalmente situadas, e aparentemente irreconciliáveis. Uma primeira, dominante no mundo ocidental e reivindicando a fidelidade à identidade originária da bioética, uma percepção restrita que opta por ignorar as diferentes temáticas e perspectivas adquiridas pela bioética no seu processo de expansão pelo mundo e da sua globalização, adoptando um modelo fixo e rígido em vez de um dinâmico e permeável, com prejuízo para o desenvolvimento deste novo domínio do saber e da prática. Uma segunda, florescente nos países ditos em vias de desenvolvimento e exigindo a abertura da bioética às novas realidades por que se expande, uma percepção sem fronteiras que tende a confundir o processo sociopolítico de enunciação dos direitos do homem e das estratégias da sua implementação no mundo com o processo de consciencialização e responsabilização pessoal e social em que a reflexão ética aplicada ao progresso biotecnológico consiste, ameaçando a especificidade, validade e credibilidade académico-científica da bioética ao instrumentalizá-la com fins políticos.

A distância entre estas duas diferentes visões de bioética traduziu-se na impossibilidade de formulação de uma definição de “bioética”. Numa rápida generalização diríamos que o designado mundo ocidental restringia a bioética a uma ética biomédica e os países em vias de desenvolvimento, e não só, pretendiam alargá-la a diversas modalidades de intervenção social. Esta tensão manteve-se ao longo de todo o processo de finalização do texto da Declaração, tendo sido necessário investir no equilíbrio entre estas posições no contexto particular de cada um das diversas temáticas que iam sendo trabalhadas. Aliás, a apreciação global da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos é bem reveladora da conciliação alcançada entre as duas perspectivas em confronto na atenção às questões já clássicas da bioética na sua orientação biomédica e às novas questões a integrar na bioética na sua orientação social. Este aspecto evidencia-se primeiramente no artigo 1.º “Âmbito”, em que, circunscrevendo o domínio próprio de actuação da bioética como o das “questões de ética suscitadas pela medicina, pelas ciências da vida e pelas tecnologias que lhes estão associadas, aplicadas aos seres humanos”, contempla as “dimensões social, jurídica e ambiental” (não deixa de ser curioso relembrar que, no inquérito da UNESCO, enviado a países de todos os continentes, acerca do âmbito da Declaração se restringir aos seres humanos, 34% pronunciava-se a favor e 66% contra). Evidencia-se também, e principalmente, na sequência dos princípios enunciados que corroboram as diferentes dimensões que a bioética cobre.

No que se refere à intervenção de Portugal, assegurada em permanência pela signatária, a sua estratégia de actuação foi delineada a partir de dois critérios fundamentais. O primeiro, de ordem científica e relativo ao conhecimento do domínio da bioética, determinou a atenção constante aos temas e problemas mais relevantes da bioética, procurando manter o discurso ao nível dos enunciados gerais e no âmbito das matérias mais amplamente consensuais, evitando especificações de questões particulares em que predominam os desacordos. O segundo, de ordem política e relativo à condução do que poderia ser a posição portuguesa, determinou o cuidado por manter uma posição construtora de consensos entre as duas manifestas posições extremas, sem comprometer o que foi interpretado como o interesse de Portugal: corroborar da legislação nacional sobre as matérias analisadas e promover os consensos alcançados no plano ético, nomeadamente no âmbito do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Portugal, assumindo-se como país europeu que é, mas recorrendo também à situação privilegiada

que granjeou, através de séculos de história, com países de língua oficial portuguesa, com a América Latina, com África e com alguns países asiáticos, procurou actuar como *pivot* e intermediário para o diálogo entre um grupo constituído maioritariamente por países ocidentais (em que se destacavam os Estados Unidos e a Alemanha) e um outro em que alinhavam sobretudo países em desenvolvimento (encabeçados pelo Brasil e pela Índia).

A segunda reunião foi preparada por contactos diversos promovidos pela UNESCO, entre Abril e Junho, e retomou de novo o texto da quinta versão de trabalho produzido pelo CIB, com a excepção de ter optado por não definir “bioética”. Eis por que esta última versão de trabalho da Declaração se iniciava por “Uso dos termos” (artigo 1º) onde se ensaiava uma definição de “bioética” e a Declaração começa de imediato pelo que era o artigo 2º “Âmbito”.

Uma análise comparativa entre a última versão da Declaração apresentada pelo CIB e o texto finalmente elaborado pelos peritos governamentais apresenta alterações muito significativas, frequentemente mais notórias ao nível dos conteúdos do que da estrutura.

No que se refere à estrutura, a Declaração mantém as cinco secções que já apresentava na sua última versão de trabalho, se bem que com designações reformuladas. Verifica-se, porém, uma redução geral de três artigos (de 31 passa-se a 28), apesar do aumento de três princípios (passa-se de 12 a 15). Este aumento explica-se pelo facto de, nas sucessivas versões de trabalho da Declaração (em particular na terceira e na quarta), existir um forte investimento nos procedimentos de implementação e promoção da Declaração, nomeadamente através da enunciação de “princípios procedimentais” os quais vão ser em grande parte reformulados e assimilados à secção dos princípios.

As alterações estruturais indiciam já, aliás, a evolução dos conteúdos. O resultado é um documento de índole principialista, apresentando-se a secção dos princípios como o núcleo da Declaração. Ao mesmo tempo, simplificaram-se não só outras disposições procedimentais, mas também a amplitude dos enunciados e a expressão escrita que se tornou menos reflexiva e mais jurídica. Em termos gerais, o texto aprovado reveste-se de uma dimensão mais pragmática que facilita a sua aplicação. Ainda ao nível dos conteúdos, anota-se como relevante o desenvolvimento do domínio de intervenção não humano da bioética, e a intensificação das preocupações sociais bem como das relações internacionais de cooperação.

O aspecto que mais se destaca desta análise comparativa entre a última versão de trabalho e o texto final da Declaração, tanto numa perspectiva formal como na de conteúdo, é o da evolução da secção dos princípios a qual, simultaneamente, evidencia o debate essencial que se travou durante as reuniões intergovernamentais e testemunha ainda a intervenção mais preponderante e meritória de Portugal.

Justifica-se assim retomar a lista de “princípios” que resultou da quinta versão (Janeiro, 2005) que serviu de base ao trabalho das duas reuniões intergovernamentais, a par com a do texto final aprovado, tornando-se fundamental identificar os novos princípios introduzidos, estabelecer a sua relação com os anteriores princípios já previstos e ainda a articulação entre todos na sequência por que se apresentam. Uma listagem comparativa da versão do CIB e da final elaborada pelos peritos governamentais poderá facilitar a compreensão do sentido da evolução.

Quadro 1 - Listagem comparativa da versão do CIB e da final elaborada pelos peritos governamentais

Comité Internacional de Bioética	Peritos governamentais
1.Dignidade humana e direitos humanos	1.Dignidade humana e direitos humanos
2.Igualdade, justiça e equidade	8.Igualdade, justiça e equidade
3.Efeitos benéficos e efeitos nocivos	2.Efeitos benéficos e efeitos nocivos
4.Respeito pela diversidade cultural e do pluralismo	10.Respeito pela diversidade cultural e do pluralismo
5.Não discriminação e não estigmatização	9.Não discriminação e não estigmatização
6.Autonomia e responsabilidade individual	3.Autonomia e responsabilidade individual
7.Consentimento informado	4.Consentimento
	5.Pessoas incapazes de exprimir o seu consentimento
	6.Respeito pela vulnerabilidade humana e integridade pessoal
8.Vida privada e confidencialidade	7.Vida privada e confidencialidade
9.Solidariedade e cooperação	11.Solidariedade e cooperação
10.Responsabilidade social e saúde	12.Responsabilidade social e saúde
11.Partilha dos benefícios	13.Partilha dos benefícios
	14.Protecção das gerações futuras
12.Responsabilidade em relação à biosfera	15.Protecção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade

Começando por nos reportar aos três novos princípios, verifica-se facilmente, pela sua simples formulação, tratarem-se de enunciados bem distintos não só na sua natureza e alcance mas também na motivação da sua tardia introdução. O princípio das “pessoas incapazes de exprimir o seu consentimento” não abre uma nova temática, como acontece com os outros dois, mas antes corresponde a um desdobramento do princípio anterior – o do “consentimento” – que, ao se ter tornado bastante exaustivo, justificou a sua subdivisão. De facto, foi o peso das preocupações jurídicas, sobretudo entre os países ditos ocidentais, que determinou o crescente desenvolvimento deste tema. Simultaneamente, podemos acrescentar que, pelo desdobramento em dois artigos, pela extensão e diversidade de cada um dos princípios dedicados ao “consentimento”, se torna evidente ter sido uma questão considerada central, na confluência dos interesses de defesa dos direitos individuais no âmbito da prática clínica, sobretudo pelo mundo ocidental, e da protecção das populações dos países em vias de desenvolvimento no âmbito dos ensaios clínicos.

O princípio da “protecção das gerações futuras” foi apontado pela Alemanha e rapidamente aceite pelos demais países sem que tivesse suscitado qualquer controvérsia ou reformulações significativas à proposta inicial. Este princípio justificou-se pelo alargamento que se estava a imprimir ao âmbito dos princípios e sabendo-se que, de facto, a evolução biotecnológica no domínio das ciências da vida, e muito em particular no domínio da genética, pode ter efectivas e ainda desconhecidas repercussões nas gerações futuras. Importará ainda acrescentar neste contexto que a Declaração da UNESCO sobre o Genoma Humano e os Direitos do Homem, de 1997, afirmava já, no artigo 1º, o genoma humano como “património da humanidade”, o que pode ser perspectivado como antecedente do princípio de “protecção das gerações futuras”, explicitamente enunciado pelo filósofo alemão Hans Jonas, na sua obra notável *O Princípio Responsabilidade*, de 1979.

O princípio do “respeito pela vulnerabilidade humana e integridade pessoal” foi proposto por Portugal, ditado pela consideração de que a secção dos “Princípios” vinha assumindo uma feição muito ampla e que, sem obviamente ser exaustiva, exigiria não obstante contemplar todos os princípios reconhecidos essenciais e indispensáveis (de primeira linha) na estruturação da acção ética. Neste contexto, o princípio da vulnerabilidade, já formalmente designado como tal pela Declaração de Barcelona (1998), constituía uma omissão a colmatar. Além disso, Portugal considerou importante que, após um

tão amplo desenvolvimento do princípio do “consentimento”, se incluísse também um princípio que atendesse à vulnerabilidade intrínseca do ser humano e protegesse a sua integridade pessoal, na medida em que considerava que o artigo sobre o “consentimento”, juntamente com o dedicado às “pessoas sem capacidade para consentirem”, não cobriam todas as possibilidades de abusos de pessoas no âmbito da actividade biomédica.

Importa aqui também relatar, brevemente, alguns aspectos significativos que acompanharam a redacção e a aprovação deste princípio que, desde a primeira proposta portuguesa foi bem acolhido pelos países em vias de desenvolvimento e perspectivado com um misto de estranheza e indiferença pelos países ocidentais. Encarregue de trabalhar junto das várias delegações para encontrar uma fórmula consensual, apurei rapidamente que os países em vias de desenvolvimento confirmavam a pertinência de formulação deste novo princípio como obrigação de reconhecimento da vulnerabilidade de todos os seres humanos e do respeito por esta vulnerabilidade como garantia para a não exploração ou abuso das pessoas. Os países ocidentais perspectivavam a vulnerabilidade no sentido mais restrito, como característica de apenas alguns e, neste caso, já contemplada em documentos ético-jurídicos anteriores. A enunciação do princípio, tal como foi aprovada, reflecte estas duas posturas geoculturais relativamente à noção de “vulnerabilidade”: “Na aplicação e no avanço dos conhecimentos científicos, da prática médica e das tecnologias que lhes estão associadas, deve ser tomada em consideração a vulnerabilidade humana. Os indivíduos e grupos particularmente vulneráveis devem ser protegidos, e deve ser respeitada a integridade pessoal dos indivíduos em causa”. Assim, o primeiro período enuncia a “vulnerabilidade” como condição humana, extensiva a todos os seres humanos – corroborando o entendimento dos países em vias de desenvolvimento e o segundo designa-a como atributo de apenas algumas pessoas, restringindo a obrigatoriedade de respeito pela “integridade pessoal” somente a esses – no reitar da interpretação dos países ocidentais.

O anterior quadro comparativo entre a secção dos “Princípios” na quinta versão e no texto definitivo, permite-nos ainda verificar que a ordenação dos princípios foi alterada. A proposta de alteração foi apresentada por Portugal na primeira sessão intergovernamental de peritos e apreciada apenas na segunda, imediatamente após a aprovação da secção dos “Princípios”. O critério apresentado fundamentou-se na consideração dos diferentes domínios por que a bioética se tem expandido e respectiva extensão de cada um deles. Assim,

Portugal propôs que se agrupassem os diversos princípios de acordo com o domínio de acção que respectivamente regulavam e progredindo do mais restrito, o das relações interpessoais (contemplando uma bioética biomédica), para o das relações sociais (bioética social), e daí para o mais amplo, o das relações do homem com a biosfera (contemplando uma bioética ambiental).

Através dos mais marcantes contributos de Portugal agora apontados, cumpriram-se amplamente os critérios inicialmente propostos para a sua actuação: o científico, através da ordenação dos princípios e acordo com os domínios de expansão da bioética; e o político, através da introdução de um novo princípio que mantendo-se na perspectiva de intervenção dos países ocidentais ampliasse a preocupação com a vulnerabilidade por parte dos países em vias de desenvolvimento.

3. O “DEPOIS”: O IMPACTO DA DECLARAÇÃO NA EUROPA E EM PORTUGAL

A aprovação da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos em Assembleia Geral da UNESCO, em Outubro de 2005, trouxe a todos os países do mundo e em particular aos que, de diversas formas, participaram directamente no processo, a responsabilidade de implementação dos seus conteúdos. Tal pressupunha uma ampla divulgação da Declaração entre académicos, cientistas, profissionais e políticos, cuja actividade mais directamente se relacionasse com o impacto social dos progressos biotecnológicos, bem como entre os cidadãos em geral, no âmbito da formação para uma cidadania esclarecida e responsável.

Esta divulgação tem vindo a ser feita pela própria UNESCO sobretudo entre os países ditos em vias de desenvolvimento ou mesmo subdesenvolvidos e ao abrigo da instituição de Conselhos Nacionais de Ética e/ou de Comissões de Ética vocacionadas para a apreciação de ensaios clínicos e de projectos de investigação biomédica em geral, que aquele organismo das Nações Unidas procura estabelecer no maior número possível de países.

Nos países ocidentais, e em concreto na Europa, a divulgação tem ficado sob a responsabilidade de cada um dos Estados, quer da respectiva Comissão Nacional da UNESCO, quer de entidades governamentais, quer ainda da boa vontade de instituições académicas. Em Portugal, a divulgação do texto consistiu fundamentalmente na tradução da Declaração, por parte da Comissão Nacional da UNESCO que, regra geral, colabora com as instituições que

tomam iniciativas de divulgação e promoção da Declaração. A Cátedra UNESCO de Bioética, sediada na Universidade Católica Portuguesa, no Porto, é um dos organismos nacionais com maior vocação para impulsionar o conhecimento da Declaração e o cumprimento do estipulado.

Face ao exposto, não surpreenderá que afirmemos que a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos do Homem não parece ter tido um impacto efectivo directo no espaço europeu. Com efeito, desconhece-se a formulação de novos enunciados e/ou novas propostas de procedimentos nacionais e/ou sectoriais decorrentes da sua elaboração e aprovação, não obstante ser regularmente invocada para intensificar a autoridade de diversos cursos de acção que se preconizam em distintos contextos.

Em todo o caso, e em termos gerais, podemos dizer que a elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos do Homem contribuiu para intensificar a percepção da necessidade e urgência de reflexão e de práticas bioéticas nos contextos próprios e para reforçar o ambiente favorável para o desenvolvimento de investigação e educação em bioética. Mais concretamente, podemos acrescentar que a Declaração trouxe para a Europa: a clara e inequívoca assunção dos grandes domínios de intervenção da bioética, com particular destaque para o plano social projectado internacionalmente na obrigatoriedade da partilha e da solidariedade; o reiterar e reforçar da importância do consentimento; a intensificação e expansão da exigência de educação em bioética; e ainda a inequívoca e legitimada assunção dos domínios biomédico, social e ambiental da bioética.

Para além do que, no contexto ocidental, terá sido alcançado de inédito a partir da elaboração e aprovação da Declaração, para além de se procurar enunciar o que foi feito e que justificaria o impacto da Declaração na Europa e particularmente em Portugal, importará apontar o que poderá e deverá ser feito para potencializar este novo instrumento que tantos se empenharam em construir. Essas vias estão já indicadas na própria Declaração, na sua secção “promoção”, as quais, no contexto português, poderiam ser:

- fomentar a informação pública através do desenvolvimento de uma cultura científica como componente indispensável para uma cidadania responsável;
- promover a educação nos vários níveis de ensino, de forma dirigida e adaptada aos respectivos níveis etários e aos diferentes contextos académico-científicos, considerando tanto a exigência de fundamentação dos princípios como os meios da sua aplicação;

- investir na formação de investigadores e profissionais da área das ciências da vida ou de outras que se intersectam com estas, através de acções complementares à actividade quotidiana de cada um;
- elevar os padrões de competência dos responsáveis pela informação, educação e formação, promovendo o profissionalismo dos indivíduos e a certificação das instituições e comissões de ética;
- implementar os princípios enunciados em todos os pronunciamentos ético-jurídicos no domínio da bioética;
- estreitar relações sobretudo com os países com afinidades culturais no sentido de desenvolver a reflexão, implementar as práticas e estruturar as instituições dedicadas à bioética.

E acrescentaríamos ainda que, afinal, quer para além do impacto real, quer do potencial, da Declaração, esta exprime indelevelmente uma essencial partilha de valores e uma vontade comum para os realizar, revestindo-se assim de um valor simbólico inestimável.